

<i>Entrada</i>	
<i>Comissão</i>	<i>Data</i>
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

<i>Prazo para Emendas</i>		
<i>Comissão</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

<i>Apensados</i>

Ordinária

Projeto de Lei Nº 2.455, DE 2007

(Do Sr. Fernando de Fabinho)

Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Apense-se à(ao) PL-4728/1998. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24
II Regime de Tramitação: Ordinária

AO ARQUIVO, EM / /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____
Comissão de: _____	Em: / /



Câmara dos Deputados



PL 2.455/2007

Autor: Fernando de Fabinho

Data da Apresentação: 21/11/2007

Ementa: Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Forma de Avaliação: Proposição Sujeita à Avaliação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Texto Despacho: Apense-se à(ao) PL-4728/1998. *CCX*
Proposição Sujeita à Avaliação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de Tramitação: Ordinária

Regime de tramitação: Ordinária

Em 30/11/2007


ARLINDO CHINAGLIA
Presidente



E15BC7C636



PROJETO DE LEI Nº 2455, DE 2007
(Do Sr. Fernando de Fabinho)

Altera a Lei n.º 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei revoga hipóteses de exceção à impenhorabilidade do bem de família, relativas à cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar, à execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar e à obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Art. 2º Revogam-se os incisos IV, V e VII do art. 3º da Lei n.º 8.009, de 29 de março de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei n.º 8.009/90 manifestou de maneira nítida a preocupação do Estado de proteger a residência da família, o que se mostrou em consonância com o comando do art. 226 da Carta Política de 1988.





Por essa razão, entendemos que três das hipóteses legais que restringem essa proteção devem ser revistas.

Com efeito, não se justifica, de um lado, proteger o imóvel residencial, e, de outro, permitir que o mesmo seja penhorado, quando se tratar de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar, ou de execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.

Não adianta o legislador oferecer a proteção com uma mão e retirá-la com a outra.

Mais grave ainda é a hipótese de o bem de família ser penhorado em virtude de fiança concedida em contrato de locação, pois, nesta situação, pune-se aquele praticou um ato de solidariedade e boa fé, em detrimento do locatário afiançado e mau pagador.




Contamos com o endosso dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.





21 NOV 2007

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado FERNANDO DE FABINHO



30/11/1999	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do relator
29/6/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4923/2001.
13/9/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução ao Relator
13/9/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Marcos Rolim, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-562/1999, apensado, e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-895/1999, do PL-1683/1999, e do PL-4923/2001, apensados. 
31/1/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno
2/4/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJR, com as proposições PL-562/1999, PL-895/1999, PL-1683/1999, PL-4923/2001 apensadas.
9/4/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Jairo Carneiro
10/4/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
22/4/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
4/8/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1458/2003.
15/12/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 2666/2003.
14/5/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3452/2004.
15/6/2004	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida sem Manifestação.
5/4/2005	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Magalhães (PFL-BA)
25/8/2005	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Paulo Magalhães (PFL-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 562/1999, do PL 1.683/1999, do PL 4.923/2001 e do PL 1.458/2003, apensados; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 895/1999 e do PL 3.452/2004, apensados, e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 2.666/2003, apensado. 
31/1/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. DCD 01 02 07 PAG 69 COL 01 SUPLEMENTO 01 AO Nº 21. 
13/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

	Apresentação do REQUERIMENTO N.º 223, DE 2007, pelo Deputado(a) Nelson Meurer, que solicita o desarquivamento de proposição. 
14/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 269, DE 2007, pelo Deputado(a) Júlio Redecker, que solicita o desarquivamento de proposição. 
9/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-223/2007. 
12/4/2007	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 13/04/2007)
12/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-269/2007. 
24/4/2007	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

 Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa